



MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO PICO REALIZADA AOS DOZE DIAS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, nesta Vila, na Sala de Sessões do edifício sede da Câmara Municipal de São Roque do Pico, reuniu ordinariamente o Executivo, nos termos do artigo quadragésimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, sob a presidência do Senhor Dr. Mark Anthony Silveira, Presidente de Câmara, estando presentes os senhores Vereadores Dr^a. Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira, Dr. Gui Duarte Gomes Goulart, Luís Filipe Ramos Macedo da Silva e Fernando Manuel Andrade da Silva. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, uma vez que se verificou haver “quórum” para o normal funcionamento do Executivo, eram nove horas e trinta minutos, sendo a reunião secretariada por mim, Hélia Maria Silveira dos Santos, Secretária.-----

ORDEM DE TRABALHOS

1 – Despachos de delegação de competências relacionadas com atribuições da Autarquia aos Senhores Vereadores a Tempo Inteiro, para conhecimento.-----

2 – Nomeação de Vereadores para a Assembleia Intermunicipal da AMIP.-----

3 – Nomeação de Vereador para a Assembleia Intermunicipal da AMT.-----

4 – Nomeação de representante da Câmara para a Associação Cultural de São Roque do Pico.-----

5 – Aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem às empresas de redes e serviços de comunicações eletrónicas para 2014. -----

6 – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – fixação das taxas a aplicar aos prédios urbanos e prédios urbanos avaliados para 2014. -----

7 – Alteração N.º 10 ao Orçamento e Alteração N.º 9 às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR). -----



MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO PICO REALIZADA AOS DOZE DIAS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

8 - Proposta de emissão de parecer prévio nos termos do n.º.4 do artigo 75.º. da Lei N.º. 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013) – Contratos de prestação de serviços – Auditor Externo ROC e Limpeza/Higiene do Jardim Municipal. -----

9 - Bazar Internacional do Corpo Diplomático. -----

10 – DROAP – Direção Regional de Organização e Administração Pública, solicitação dos representantes da CMSRP na Comissão Mista de Coordenação do Plano Diretor Municipal de São Roque e Lajes do Pico. -----

11 – Voto de Louvor à Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico pelo 1.º. lugar a nível nacional nas áreas de Biologia e Geologia e 1.º. lugar a nível regional, tendo em conta a globalidade dos exames. -----

12 - Pedido de autorização para alienação de património da Cais Invest, E.E.M. -----

13 - Ofício da Assembleia Municipal de São Roque do Pico, dando conhecimento de um “Voto de Protesto”. -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

O Executivo tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria do dia 11 de novembro de dois mil e treze, o qual apresenta os seguintes saldos: -----

Total do Movimento de Tesouraria:	239.400,50 euros
De Operações Orçamentais:	212.713,92 euros
De Operações de Tesouraria:	26.686,58 euros
Em dinheiro:	555,25 euros
Em cheques e vales postais:	0,00 euros



MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO PICO REALIZADA AOS DOZE DIAS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

O Executivo tomou conhecimento das relações de pagamentos efetuados entre os dias 25 de outubro e 12 de novembro, que totaliza a quantia de 34.365,01 euros de Operações Orçamentais.-----

ORDEM DE TRABALHOS

1 – DESPACHOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM ATRIBUIÇÕES DA AUTARQUIA AOS SENHORES VEREADORES A TEMPO

INTEIRO: O Executivo tomou conhecimento dos Despachos do Senhor Presidente da Câmara de delegação de competências relacionadas com atribuições da autarquia nos Senhores Vereadores a Tempo Inteiro a saber: **Dra. Paula Maria Catalão dos Santos Ferreira** – 1º - Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais; 2º - Cultura; 3º - Educação; 4º - Ação Social, onde se incluem a Habitação e a Formação Profissional; 5º - Proteção Civil; e 6º - Toda a gestão relacionada com assuntos militares e atos eleitorais; e **Dr. Gui Duarte Gomes Goulart** – 1º - Turismo, onde se incluem os Parques, Jardins e Zonas de Lazer; 2º - Desporto; 3º - Juventude; e 4º - Ambiente.-----

**2 – NOMEAÇÃO DE VEREADORES PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
DA AMIP:** O Executivo deliberou, por unanimidade, nomear para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Ilha do Pico os senhores Vereadores Dr^a. Paula Ferreira e Dr. Gui Goulart. -----

**3 – NOMEAÇÃO DE VEREADOR PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA
AMT:** O Executivo deliberou, por unanimidade, nomear para a Assembleia



MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO PICO REALIZADA AOS DOZE DIAS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

Intermunicipal da Associação de Municípios do Triângulo o Senhor Vereador Dr. Gui Goulart. -----

4 – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CÂMARA PARA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SÃO ROQUE DO PICO: O Executivo deliberou, por unanimidade, nomear a Senhora Vereadora Dr^a. Paula Ferreira para representar o Município na Associação Cultural de São Roque do Pico. -----

5 – APROVAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM ÀS EMPRESAS DE REDES E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÔNICAS PARA 2014: A alínea m) do artigo 10º. da Lei nº.2/2007, de 15 de janeiro, na sua atual redação, prevê como receitas dos municípios as estabelecidas enquanto tais por lei ou regulamento a favor daqueles; -----

A Lei nº.5/2004, de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas – na redação conferida pela Lei nº.42/2013, de 3 de julho, criou a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada, nos termos do artigo 106º., por força do artº. 12º. do Decreto-Lei Nº.123/2009, de 21 de maio, na sua atual redação, com base na aplicação de um percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área correspondente ao município. -----

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea m) do artigo 10º. da Lei nº.2/2007, na sua atual redação, a alínea ccc) do nº.1 do artigo 33º. e alínea b) do nº.1 do artigo 25º., ambas da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2014. -----



MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO PICO REALIZADA AOS DOZE DIAS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

6 – CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – FIXAÇÃO DAS TAXAS A APLICAR AOS PRÉDIOS URBANOS E PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS PARA 2014: O Executivo, no uso da competência que lhe confere a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a fixação do valor de 0,5% aos prédios urbanos e 0,3% aos prédios urbanos avaliados para 2014. -----

7 – O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a **Alteração N.º. 10 ao Orçamento** no valor de 40.994,00 euros, sendo que, 15.159,00 euros é respeitante ao valor da **Alteração N.º.9 às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR).** -----

8 – PROPOSTA DE EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO NOS TERMOS DO N.º.4 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º. 66-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO (ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013) – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – AUDITOR EXTERNO ROC E LIMPEZA/HIGIENE DO JARDIM MUNICIPAL E DO CENTRO MULTIMÉDIA: Foi presente uma proposta pelo Senhor Presidente do seguinte teor: “Considerando a proximidade do termo dos seguintes contratos: -----

a) Contrato de prestação de serviços de auditor externo - ROC, a 31 de dezembro de 2013, celebrado com Salgueiro, Castanheira & Associados, NIF 504 283 146, com sede social na Rua de Coudel, n.º 30, Bloco A - 1º, Mem Martins, no valor anual de € 5.900,00 (cinco mil e novecentos euros); -----

b) Contrato de prestação de serviços de limpeza do Jardim Municipal, a 06 de janeiro de 2014, celebrado com Teresa da Silva Ribeiro Areia, com residência na Av. António Simas da Costa, n.º 1, freguesia de Santo António e concelho de São Roque do Pico, no valor anual de € 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta euros). -----

Considerando que, em cumprimento do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a Cais Invest, E.E.M. foi objeto de deliberação de dissolução e a sua atividade foi alvo de internalização no Município de São Roque do Pico, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2013, nomeadamente a gestão do Centro Multimédia; -----

Considerando que, em agosto de 2013, foi necessário esta autarquia celebrar, pelo valor anual de € 4.080,00 (quatro mil e oitenta euros), contrato de prestação de



MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO PICO REALIZADA AOS DOZE DIAS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

serviço de limpeza/higiene do Centro Multimédia com Teresa da Silva Ribeiro Areia, de forma a assegurar o regular funcionamento do mesmo; -----

Considerando que a prestadora de serviços em questão é a responsável pela higiene e limpeza do Jardim Municipal, contrato que irá terminar a 6 de janeiro de 2014, e pela higiene e limpeza do Centro Multimédia, contrato que finda a 1 de agosto de 2014, e que não se justifica, quer por motivos de organização contabilística quer a nível de economia processual, atualmente, a existência de dois contratos distintos; ---

Considerando que, com a publicação da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013), e de acordo o n.º 4 do artigo 75.º, carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, exceto no caso das instituições do ensino superior, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria do referido membro do Governo, **a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços** por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de setembro, Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro (OE/2011), 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE/2012), 66/2012, de 31 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro (OE/2013) e Decreto-lei n.º 47/2013, de 5 de abril, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a: ---

- a)** Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença; -
- b)** Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica. -

Considerando que, nas autarquias locais, conforme preceitua o n.º 10 do artigo 75.º da Lei do Orçamento do Estado para 2013, o parecer prévio é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril (OE/2010) e 66/2012, de 31 de dezembro; -----



MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO PICO REALIZADA AOS DOZE DIAS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

Considerando que, embora tenha já sido publicada a Portaria nº 16/2013, de 17 de janeiro, a mesma só se aplica aos serviços da Administração Central do Estado (tal como é entendimento da DROAP); -----

Considerando que o parecer prévio do executivo camarário depende, em abstrato, da: -----

- Verificação do disposto no nº 4 do artigo 35.º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual (execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público); -----

- Demonstração da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; ---

- Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

- Verificação do cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 75.º e artigo 27.º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro – OE/2013 (demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro (OE/2011), alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto, 60-A/2011, de 30 de novembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE/2012) e 66-B/2012, de 31 de dezembro (OE/2013)). -----

Considerando, ainda assim, que, de acordo com o estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro (procede à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual), na redação conferida pelo artigo 20.º da Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril (OE/2010), se estipula que "sem prejuízo dos requisitos referidos nas alíneas c) e d) do nº 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, a celebração de contratos de tarefa e avença depende de prévio parecer favorável do órgão executivo relativamente à verificação do requisito referido na alínea a) do n.º 2 do mesmo artigo, sendo os termos e a tramitação desse parecer regulados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais, das finanças e da Administração Pública, mas que o legislador da Lei do OE/2012 (da Lei nº 64-B/2011, de 30 de



MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO PICO REALIZADA AOS DOZE DIAS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

dezembro) não alterou a redação anterior do cit. artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, mantendo-a nos seus precisos termos; -----

Considerando que, naquele preceito legal (art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro), está apenas em causa a infirmação do carácter subordinado ou não da prestação de serviços; -----

Preconiza-se, deste modo, o entendimento de que, nomeadamente no que concerne à verificação da inexistência, nas autarquias locais, de pessoal em situação de mobilidade especial, para o efeito do parecer a emitir por parte do executivo camarário, a disciplina inerente em sede de contratações de serviços terá, inexoravelmente, de ser devidamente harmonizada com o respetivo âmbito de aplicação às especificidades decorrentes da organização própria do Poder Local e não já especificamente com as regras que, na mesma matéria, se aplicam imediatamente e em geral à Administração Central, ou seja, concretizando, na Administração Local, para o efeito do parecer a emitir pelo executivo camarário, continuarão apenas, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a estar em causa a confirmação dos pressupostos da alínea a) do n.º 2 (não subordinação hierárquica) do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, a que se junta, igualmente, a verificação dos pressupostos das alíneas c) e d) do n.º 2 do mesmo artigo 35.º (seja observado o regime legal da aquisição de serviços, que inclui, naturalmente, a cabimentação orçamental; e o contratado demonstre ter a sua situação contributiva, fiscal e para com a segurança social, devidamente regularizada), conforme determina igualmente o n.º 1 do cit. artigo 6.º do referido Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro; -----

Considerando, atento todo o supra exposto, que: -----

a) Os contratos de prestação de serviços presentemente equacionados não envolvem a prestação de trabalho subordinado, uma vez que o trabalho irá ser prestado de forma autónoma, não se sujeitando, pela sua evidente natureza, na sua execução ou conteúdo, à direção e disciplina dos superiores hierárquicos deste município; -----

b) Relativamente à demonstração da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, reportando-se especificamente Portaria n.º 16/2013, de 17 de



MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO PICO REALIZADA AOS DOZE DIAS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

janeiro às normas de regulamentação para a administração central do Estado e fazendo o legislador, quer da Lei do OE/2012, quer do DL n.º 209/2009, na redação da Lei do OE/2010, referência a que, especificamente nas autarquias locais, o parecer a emitir pelo executivo camarário se norteará por Portaria própria ou, ainda que assim não fosse, quando transpostas as normas da referida Portaria legal para o respetivo âmbito de aplicação próprio da Administração Local, deverá a mesma transposição ser realizada com as necessárias adaptações e no respeito das especificidades próprias da autonomia do Poder Local; -----

c) Consta da proposta de orçamento para 2014 a verba necessária para suportar as despesas referentes às prestações de serviço, conforme se pode comprovar pela declaração que se anexa; -----

d) Quanto ao disposto no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (fixa as regras das reduções remuneratórias aplicáveis aos valores pagos por contratos de prestação de serviços celebrados ou renovados), não há lugar a qualquer redução remuneratória. -----

PROPONHO: -----

A emissão pelo executivo camarário, para o efeito da verificação do requisito referido na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, ou seja, de que (i) estão concretamente em causa prestações de serviços “não subordinados”; de que (ii) está verificado e comprovada a existência de cabimento orçamental; e que (iii) as mesmas não colidem igualmente com o regime de diminuição de remunerações contratuais, conforme artigos 19.º e 22.º/1 da Lei do OE/2011, do parecer legal em causa, para: -----

a) Abertura de procedimento prévio para a aquisição da prestação de serviços de auditor externo – ROC, pelo prazo de 12 meses, sendo o valor base do procedimento de € 6.500,00 (seis mil e quinhentos euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, se aplicável; -----

c) Abertura de procedimento prévio para a aquisição da prestação de serviços de limpeza/higiene do Jardim Municipal e do Centro Multimédia, pelo



MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO PICO REALIZADA AOS DOZE DIAS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

prazo de 12 meses, sendo o valor base do procedimento de € 7.600,00 (sete mil e seiscentos euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, se aplicável”. -----

O Executivo tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. -----

9 - Bazar Internacional do Corpo Diplomático: Considerando o pedido do Representante da República na Região Autónoma dos Açores para a disponibilização de produtos açorianos, no stand autónomo representativo da Região Autónoma em Lisboa, onde serão comercializados e cuja receita reverterá a favor de instituições de apoio a crianças e jovens em risco, o Executivo deliberou, por unanimidade, participar no evento com produtos locais, encarregando a Senhora Vereadora Dr^a. Paula Ferreira de tomar as medidas necessárias para o efeito. -----

10 -DROAP - Direção Regional de Organização e Administração Pública, solicitação dos representantes da CMSRP na Comissão Mista de Coordenação do Plano Diretor Municipal de São Roque e Lajes do Pico: O Executivo deliberou, por unanimidade, nomear o Senhor Presidente da Câmara para as referidas Comissões.

11 - Voto de Louvor à Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico, como estabelecimento de ensino público, pelo 18º. lugar alcançado a nível nacional nas áreas de Biologia e Geologia e 1º. lugar a nível regional, tendo em conta a globalidade dos exames.: O Executivo deliberou, por unanimidade aprovar o seguinte: -----

Considerando os resultados médios nos exames nacionais de Biologia e Geologia, tendo em conta a globalidade dos exames do ensino secundário, em que, mais de 90% das escolas registaram média negativa;-----



MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO PICO REALIZADA AOS DOZE DIAS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

Considerando os exames realizados no ano letivo 2012/2013 e, 607 estabelecimentos de ensino, a Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico, ficou em 1º. lugar das escolas públicas, e em 18º. no ranking nacional nas áreas de Biologia e Geologia; -----

Considerando também o sucesso alcançado neste estabelecimento de ensino, e que é demonstrativo ao longo dos últimos anos da qualidade de trabalho desenvolvido;

O Executivo deliberou, por unanimidade, prestar o devido reconhecimento no esforço desenvolvido e pelos resultados alcançados, não só nestes exames, mas em todo o envolvimento social, educativo e desportivo, quer com os seus educandos, pessoal docente e auxiliar, quer no seu envolvimento na comunidade em geral, desejando as maiores felicitações pelos êxitos alcançados, e que este estabelecimento de ensino continue a juntar êxitos nas mais variadas vertentes educativas, neste processo tão difícil como é o da EDUCAÇÃO. -----

12 - Pedido de autorização para alienação de património da Cais Invest, E.E.M.: Considerando a proposta subscrita por Helder Alberto Martins Fialho, liquidatário da Cais Invest, E.E.M., “em liquidação”, o qual vem solicitar a esta entidade, como acionista única da empresa municipal, autorização para alienar o seguinte património: -----

- a) Prédio rústico, com o artigo matricial n.º 6712, sito na Rua João Bento de Lima, Cais do Pico, freguesia e concelho de São Roque do Pico, com a área de 700 m², com o valor patrimonial de € 1,20; -----
- b) Prédio urbano, com o artigo matricial n.º 1301, sito na Rua do Cais, freguesia e concelho de São Roque do Pico, com a área de 4.852,00 m², com o valor patrimonial de € 422.410,00; -----
- c) Prédio urbano, com o artigo matricial n.º 823, sito na Rua dos Bacelinhos, freguesia de Santo António e concelho de São Roque do Pico, com a área de 9.384,31 m², com o valor patrimonial de € 31.880,00. -----



MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO PICO REALIZADA AOS DOZE DIAS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

Considerando que a alienação do património supra mencionado far-se-á tendo por base o maior valor entre os seguintes: 1) Valor patrimonial; 2) Valor de avaliação por perito; ou 3) valor da aquisição acrescido das despesas de aquisição e acrescido dos encargos financeiros suportados; -----

Considerando que o valor da alienação servirá, exclusivamente, para abater no valor do financiamento bancário de Médio e Longo Prazo contratualizado com o Millennium BCP, tendo por objetivo reduzir o seu valor atual de forma a reduzir, no futuro, o impacto de possíveis alterações nas condições contratuais do contrato de financiamento, nomeadamente a alteração do *Spread*; -----

Considerando que, de acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a alienação de bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública;-----

O Executivo deliberou, por maioria, com 3 votos a favor dos vereadores do Partido Socialista e 2 votos contra dos vereadores do Partido Social Democrata, e nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (diploma que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), propor à Assembleia Municipal que delibere autorizar a Câmara Municipal a proceder à alienação do património supra identificado, nos exatos termos propostos pelo liquidatário. -----

13 - O Executivo tomou conhecimento do ofício da Assembleia Municipal de São Roque do Pico, dando conhecimento de um “Voto de Protesto”, sobre o anunciado encerramento da Repartição de Finanças de São Roque do Pico. -----

Período destinado à intervenção do Público: Fica registado a presença do Senhor Francisco Medeiros que apresentou cumprimentos aos senhores vereadores, desejando um bom trabalho nas suas funções executivas. -----



MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO PICO REALIZADA AOS DOZE DIAS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

Férias Pessoal Dirigente: O Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar o Senhor Presidente a gozar férias nos dias 21 e 22 de novembro. -----

Aprovação da Ata em Minuta: Não havendo mais nada a tratar, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º.3 do artigo 57.º da Lei N.º. 75/2013, de 12 de setembro, que depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, _____, Secretária, que a elaborei e escrevi. -----

De seguida foi encerrada a reunião eram dez horas e vinte e cinco minutos. -----
